

DOÇURA AZEDA

* Roberto Rodrigues

A safra de cana-de-açúcar do Centro-Sul brasileiro em 2009 foi prejudicada por excesso de chuva durante o período de colheita. Com isso, duas perdas ocorreram: a qualidade da cana colhida foi muito baixa – produziu-se muito menos açúcar por tonelada de cana; e a chuvarada a partir de outubro simplesmente impediu a colheita, e 50 milhões de toneladas de cana ficaram de pé.

Já no ano passado, aconteceu o contrário: a seca castigou implacavelmente a região produtora durante toda a safra, reduzindo a produção em 60 milhões de toneladas de cana.

E em 2011 estamos colhendo uma safra ainda menor, porque os efeitos da seca do ano passado persistem, e isto não se conserta de um ano para o outro.

Portanto, estamos vivendo o terceiro ano consecutivo de perdas na produção, com evidentes reflexos na oferta do açúcar ao mercado interno e externo, e na oferta do etanol aos brasileiros. E isto se traduz em preços anormalmente acima da média, inclusive durante a safra.

Por outro lado, os excelentes preços do açúcar no mercado internacional estimulam os usineiros a dirigirem sua produção para este produto, em detrimento do álcool. Este efeito não é muito importante, porque a flexibilidade que as usinas têm hoje em dia para direcionar a produção para este ou aquele produto é muito menor do que era no passado.

E por último, os investimentos em novas unidades produtoras (os greenfields) que vinham num crescendo espetacular desde o começo da década sofreram interrupção com a crise financeira de 2008/2009. Os projetos novos pararam quase completamente, alguns ambiciosos programas quebraram ou foram interrompidos, e as expectativas de aumento da produção foram completamente frustradas.

Todos estes fatos explicam os altos preços vigentes do etanol, sem solução no curto prazo.

Preocupado com o assunto – e já não era sem tempo – o Governo Federal vem tomando algumas medidas típicas para tentar conter novas elevações de preços. Entre essas, a redução da mistura de etanol na gasolina, que, por lei, é de 20 a 25%, para 18%. Mas vem também ameaçando com algum tipo de intervenção, como taxar as exportações do açúcar para obrigar maior produção de etanol. Esta é uma medida inadequada, já praticada anteriormente e seu efeito é destruidor.

O que falta, na verdade, é estratégia. Temos 12 Ministérios lidando com agroenergia, mais Petrobrás, ANP e uma centena de instituições públicas

federais e estaduais, além das privadas. Todas elas com gente da melhor qualidade, mas umas não conversam com as outras, de modo que não temos um Plano Estratégico para o setor. Recentemente, a Presidente da República determinou ao Ministério do Planejamento e ao BNDES uma política para agroenergia. Finalmente! Mas não para intervir, coisa do passado e sim para estabelecer regras claras para o setor poder se organizar e investir. Falta a definição sobre volumes a produzir, falta o financiamento da estocagem já que a produção se faz em 6 meses e o consumo em 12; falta a definição do duto para escoamento; falta clareza no sistema de produção, permitindo a participação no programa de fornecedores autônomos de cana; faltam contratos de longo prazo com eventuais compradores de fora. Falta, enfim, planejamento, apenas e simplesmente isso!

Nossa matriz energética, com 47% de energia renovável, faz inveja ao mundo todo. E ainda podemos liderar uma nova geopolítica global, fazendo dos países tropicais os novos grandes supridores de energia limpa e renovável para o mundo todo. Mas, nem sequer fizemos a nossa lição de casa!!!

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**